

CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA (CMP)

ATA Nº 01/2023	Data: 18 /01/2023
Local: Virtual, realizada por meio do aplicativo Zoom.	
Conselheiros Presentes: <ul style="list-style-type: none">• Maíra Rufino Fischer – titular Sefin• Andrea de Medeiros Jar – titular SEGOV• Samuel Rodrigues dos Santos Salazar – titular Câmara Municipal do Recife• Geferson Thiago Fernandes da Silva – titular SINDSEPRE• Jair Gomes de Santana – titular SIMPERE• Clênio Nogueira de Carvalho – titular APMR	
Conselheiros Ausentes: <ul style="list-style-type: none">• Ligia Stocche Barbosa – titular SE• Felipe Martins Matos – titular SEPLAGTD• Flávia Castanheira do Nascimento – titular PGM• Antônio Marcos - titular AFREM SINDICAL	
Convidados Presentes: <ul style="list-style-type: none">• Diretor Vice-Presidente da Ampass – Francisco Canindé Antunes Furtado Jr.• Chefe da Divisão de Investimentos da Ampass – Marco Aurélio Correia Pinheiro• Gestora da Unidade de Controle Interno da Ampass - Rebeca de Souza Alves	
Presidente do Conselho: Felipe Martins Matos	
Designação dos Membros: <ul style="list-style-type: none">• Portaria n.º 0560 de 18 de março de 2021 (publicada no DOM de 26/03/2021)• Portaria nº 1147 de 17 de outubro de 2022 (publicada no DOM de 18/10/2022)	

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with arrows pointing to specific parts of the document.

Havendo número legal para o início dos trabalhos, o Vice Diretor-Presidente da AMPASS, Dr. Francisco Canindé, agradeceu pelo ano que passou e fez menção ao ISP (Indicador de Situação Previdenciária) aduzindo que a única capital do Brasil que adquiriu o conceito A foi RECIFE e que isso é motivo de muito orgulho, inclusive com o reconhecimento da Secretaria de Previdência de Brasília. Em seguida, fez alusão à última ata elaborada pela Conselheira Andrea Jar, não houve qualquer manifestação, razão pela qual solicitou que a referida Conselheira ficasse com a atribuição de redigir novamente a primeira ata do ano, o que foi aceito. Assim, passou a coordenar a reunião em face à delegação da Conselheira Maíra Rufino Fischer – Secretária de Finanças da Prefeitura do Recife. O Coordenador dos trabalhos, Francisco Canindé, informou que o primeiro item da pauta diz respeito aos investimentos e solicitou ao Chefe da Divisão de Investimentos da Ampass, Marco Aurélio Correia Pinheiro, para que fizesse a apresentação referente aos investimentos. Este iniciou sua apresentação fazendo alusão ao fechamento da carteira que no ano de 2022, o fundo fechou o ano com R\$ 2.796.000.000,00 (dois bilhões setecentos e noventa e seis milhões). Esse é o patrimônio líquido do fundo em 31/12/2022. Apresentou o quadro com o comportamento da evolução mensal do patrimônio líquido da carteira de investimentos no qual se observa que em outubro, novembro e dezembro o mercado estava bastante nervoso que resvalou para o movimento do fundo. Em seguida mostrou como se encontra o patrimônio líquido do fundo com relação aos prazos de liquidação da carteira. 56% estão alocados em papéis de longo prazo, 29% estão no curto prazo e, 13% no médio prazo. Completou, informando que praticamente 80% dos papéis estão em renda fixa, 20,36% em renda variável e uma fração muito pequena em fundos estruturados e imobiliários. No geral, a volatilidade da carteira é baixa, praticamente 70% em papéis de volatilidade muito baixa, fruto da estratégia de atrelar os recursos a papéis de IPCA, bem como outros papéis de renda fixa. A volatilidade alta é da ordem de 17% e, por isso, se trouxe um resultado positivo em 2022 quanto à evolução do patrimônio. A composição da carteira com relação aos índices praticamente 70% atrelados à papéis de IPCA mais juros que é exatamente nossa meta, 10% de IBOVESPA e o restante aos demais índices de papéis. Mostrou que a rentabilidade da carteira foi de 4,38% no ano de 2022, sendo que 10,98% foi de renda fixa, os fundos de renda variável deram 2,68% negativos, a rentabilidade dos fundos no exterior também foi negativa, no entanto, sem perdas de capital. Os fundos estruturados resultaram uma rentabilidade de 12,11% negativos, no entanto com um volume de recursos inexpressivo em relação ao patrimônio total da carteira, e por fim, nos fundos estruturados se obteve uma rentabilidade de 2,63%. Pois bem, na visão acumulada da carteira em relação aos índices, tivemos uma rentabilidade de 4,38% contra uma meta de 10,24%, razão pela qual ficamos com débito de 6,36%. O IPCA acumulado foi de 5,78% ano, o CDI foi de 12,35% no ano, por sua vez, o IBOVESPA foi de 4,68% no ano e, por fim a visão de rentabilidade carteira à Mercado foi de 0,09% ao ano. Em ato contínuo, demonstrou através de gráfico como se deu toda a evolução de patrimônio de janeiro a dezembro de 2022 em que se teve como resultado final de crescimento de R\$ 118.896.033,09 (cento e dezoito milhões, oitocentos e noventa e seis mil, trinta e três reais e nove centavos) que equivale a 4,38%, conforme referenciado. Apresentou logo a seguir um gráfico com a evolução do patrimônio de 2014 a 2022, aduzindo que em 2014 o patrimônio era de R\$ 886.852.901,01 (oitocentos e oitenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e um reais e um centavo) e em 2022 se fechou com patrimônio de R\$ 2.795.799.867,50 (dois bilhões setecentos e noventa e cinco milhões, setecentos e noventa e nove mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos). O Vice Diretor-Presidente, Dr. Francisco Canindé, agradeceu pela exposição do chefe da divisão de investimentos da Ampass, Marco Aurélio, ao tempo em que perguntou aos conselheiros se havia algum questionamento a respeito da exposição que fora feita, como não houve manifestação, deu prosseguimento à reunião falando de outro item da pauta, qual seja, a intimação da Receita Federal sobre a contribuição do PASEP e solicitou que a gestora da unidade de controle interno, Rebeca Alves, desse início à apresentação, entretanto, mencionou que desde a criação da RECI-REV, nunca foi pago PASEP, mas em 2022 a RECI-REV foi autuada pela Receita Federal. A Controladora, Rebeca Alves, iniciou sua fala informando que a RECI-REV recebera uma autuação em novembro de 2022 e, em julho daquele ano a Receita


Federal solicitou algumas informações referentes à Contribuição ao PASEP. A Atuação ocorreu em novembro e versou sobre as ditas contribuições no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019, aduziu que não há registro contábil referente à contribuição ao PASEP, que nunca houve contribuição pela Autarquia no que toca ao PASEP e que a Autarquia decidiu enviar uma consulta à Procuradoria do Município acerca da atuação, questionando se era devido ou não a referida contribuição e qual seria a base legal, em razão de não se tratar de uma base consolidada. Pois bem, antes dessa consulta, a controladora Rebeca atestou a existência de uma ação ajuizada em 2019 pelo Município do Recife com o escopo de anular lançamento tributário reconhecendo a ilegitimidade dos débitos. Como resultado do referido ajuizamento, houve uma decisão em caráter liminar e, em favor do Município, acenando pela suspensão de exigibilidade do crédito tributário. Ponderou que, como se trata de tema controverso, existe um entendimento da PGFN de que o RECIFIN e o RECIPREV são entes meramente contábeis, não possuindo personalidade jurídica e, a Autarquia é apenas entidade gestora dos fundos. Assim, não seria pertinente a cobrança relativa à contribuição do PASEP. Desta feita, tomando por base a manifestação da PGFN, a Autarquia resolveu protocolar um recurso em 07/12/2022 junto à Delegacia de Julgamento da Receita Federal referente a esses débitos relativos ao PASEP, para que sejam anulados os lançamentos desses débitos referente às contribuições previdenciárias, aos aportes ao RECIFIN e aos recursos referentes à compensação previdenciária. O referido recurso administrativo ainda está em tramitação até a presente data, sem qualquer retorno sobre o tema. Para finalizar a exposição, Rebeca Alves mencionou mais uma vez que o tema não se encontra consolidado, portanto, o que ensejou a feitura do recurso foi a questão de orçamento, de vários RPPS terem entrado com ação judicial para retirar da base de cálculo as receitas previdenciárias, bem como a existência de uma PEC em tramitação no Senado que versa sobre a matéria, qual seja, retirar da base de cálculo do PASEP as contribuições previdenciárias. O Vice Diretor-Presidente da Ampass perguntou aos conselheiros presentes se existia alguma dúvida sobre o que fora exposto por Rebeca Alves, momento em que a Conselheira Maíra Fischer perguntou se o recurso manejado foi apenas em instância administrativa, o que foi respondido que sim pela expositora. O Vice Diretor-Presidente da Ampass falou sobre o 4º e 5º itens da pauta que versava sobre a prestação de contas do Conselho que fora enviada através de e-mail no dia 13/01/2023, bem como o plano de trabalho para o ano em curso. Na mesma toada, perguntou se havia qualquer questionamento acerca do material enviado, o que foi aprovado por todos os presentes. Por fim, agradeceu pela presença de todos, dando por encerrada a reunião.

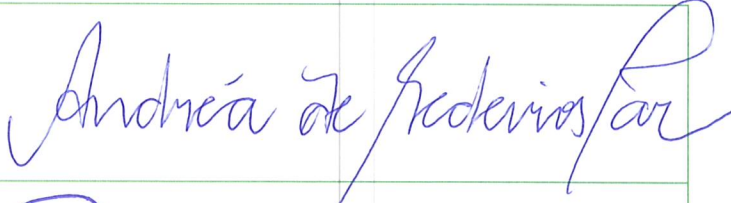
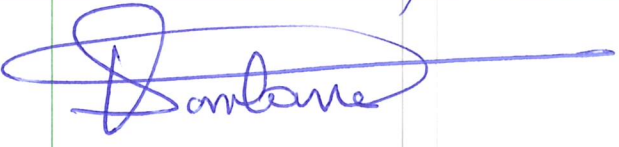

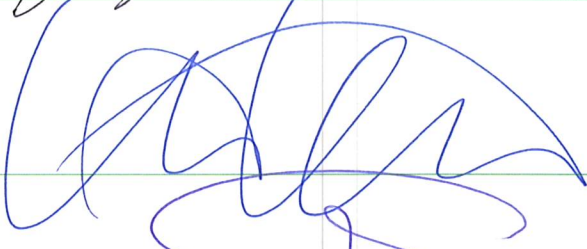
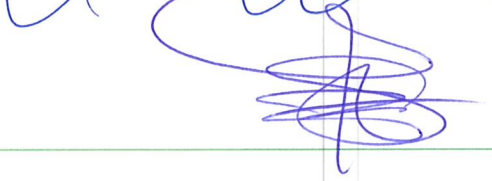
Deliberações	<ul style="list-style-type: none"> ● Aprovação da ata da reunião realizada em 07/12/2022 ● Apresentação da Carteira de Investimentos, posição em 31/12/2022; ● Contribuição PASEP ● Aprovação da Prestação de Contas de 2022 do CMP ● Aprovação do Plano de Trabalho de 2023 do CMP
---------------------	--

Responsável pela elaboração da ata: Andrea de Medeiros Jar


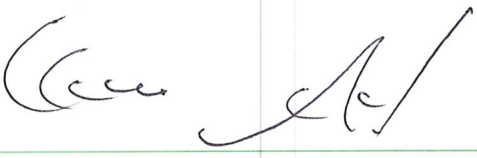
CONSELHEIROS

Maíra Rufino Fischer		
----------------------	--	--



Andrea de Medeiros Jar	
Jair Gomes de Santana	
Samuel Rodrigues dos Santos Salazar	
Clênio Nogueira de Carvalho	
Geferson Thiago Fernandes da Silva	

CONVIDADOS

Francisco Canindé Antunes Furtado Jr.	
Marco Aurélio Correia Pinheiro	
Rebeca de Souza Alves	